



## CONSELHO REGIONAL DE NUTRICIONISTAS 3ª REGIÃO (SP e MS)

<b>Pregão Eletrônico nº 020/2022</b>		<b>Data de Abertura: 14/12/2022 às 9:00</b> <b>Sítio: <a href="http://www.gov.br/compras/">www.gov.br/compras/</a></b>	
<b>OBJETO</b>			
Contratação da prestação de serviços de Seguro de Vida em Grupo, com cobertura básica e adicionais para em média 89 empregados do Conselho Regional de Nutricionistas 3ª Região, conforme especificações contidas no Termo de Referência, Anexo I do Edital.			
<b>VALOR TOTAL ESTIMADO</b>			
<b>Valor por vida: R\$ 3,81</b> <b>Valor Mensal R\$ 339,25</b> <b>Valor Anual R\$ 4.070,96</b>			
<b>REGISTRO DE PREÇOS</b>	<b>VISTORIA</b>	<b>INSTRUMENTO CONTRATUAL</b>	<b>FORMA DE ADJUDICAÇÃO</b>
NÃO	NÃO	TERMO DE CONTRATO E APÓLICE	MENOR VALOR
<b>DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (ITEM 12 DO EDITAL)</b>			
<b>Requisitos Básicos:</b> <ul style="list-style-type: none"><li>- Sicafe ou documentos equivalentes</li><li>- Certidão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)</li><li>- Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS</li><li>- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (TST)</li></ul>		<b>Requisitos Específicos:</b> <ul style="list-style-type: none"><li>- Atestado de Capacidade Técnica</li><li>- Certidão de Regularidade, que deverá ser apresentada, no ato da assinatura do contrato, emitida pela SUSEP, bem como o Registro de Inscrição.</li></ul>	
<b>EXCLUSIVA ME/EPP</b>	<b>RESERVA COTA ME/EPP</b>	<b>AMOSTRA/DEMONSTRAÇÃO</b>	<b>DEC. Nº 7.174/2010</b>
NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
<b>PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES</b>			
Até <b>3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública</b> , considerando que o horário de expediente do CRN-3 é das 8h00 às 16h30, sendo admitida a petição recebida no endereço eletrônico: <a href="mailto:pregaoeletronico@crn3.org.br">pregaoeletronico@crn3.org.br</a> .			
<b>OBSERVAÇÕES</b>			
Modo de disputa <b>aberto</b> <b>Lei nº 8666/1993</b>			

Acompanhe as sessões públicas dos Pregões do CRN-3, pelo endereço [www.gov.br/compras/](http://www.gov.br/compras/), selecionando as opções **Consultas > Pregões > Em andamento > Cód. UASG “389219”**. O edital e outros anexos estão disponíveis para download no Comprasnet e também no endereço [www.crn3.org.br](http://www.crn3.org.br) > Portal da Transparência > Licitações e Contratos.



## **Conselho Regional de Nutricionistas - 3ª Região (SP - MS)**

### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2022**

**Processo Administrativo nº 003315.000216/2022-33**

**Conselho Regional de Nutricionistas 3ª Região (São Paulo e Mato Grosso do Sul)**, doravante denominado CRN-3, representado por sua Presidente Dra. Nina da Costa Correa, usando a competência delegada na Lei Federal nº 6.583/78 e Decreto nº 84.444/80, torna público que se acha aberta Licitação na modalidade **pregão eletrônico**, empreitada por preço global, do tipo menor preço, que será regida pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com alterações posteriores. As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e anexos, que dele fazem parte integrante.

### **SESSÃO PÚBLICA DE PREGÃO ELETRÔNICO DATA DA REALIZAÇÃO:**

**DATA: 14/12/2022**

**HORÁRIO: 9h00 (horário de Brasília/DF)**

**ENDEREÇO ELETRÔNICO: [www.gov.br/compras/](http://www.gov.br/compras/)**

**CÓDIGO UASG: 389219**

**EXCLUSIVA ME/EPP: NÃO**

**Justificativa para não exclusividade EPP/ME: Inciso II, Art. 49, Lei 123/2006.**

Apesar do valor estimado ser inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), considerando que expressiva maioria das seguradoras são Sociedades por Ações e que a Lei Complementar Federal nº 123/06, art. 3º, §4º, X não permite às empresas assim constituídas usufruir do tratamento jurídico diferenciado por ela estabelecido, o processo licitatório não será destinado à participação exclusiva de ME e EPP.

### **MODO DE DISPUTA: ABERTO**

**OBJETO:** Contratação da prestação de serviços de Seguro de Vida em Grupo, com cobertura básica e adicionais para em média 89 empregados do Conselho Regional de Nutricionistas 3ª Região, conforme especificações contidas no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

- 1. DO OBJETO**
- 2. DO PREÇO ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO**
- 3. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**
- 4. DA PARTICIPAÇÃO**
- 5. DAS INFORMAÇÕES, ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES AO EDITAL**
- 6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**
- 7. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**
- 8. DA ABERTURA DA SESSÃO**
- 9. DA FORMULAÇÃO DE LANCES**
- 10. DO DIREITO DE PREFERÊNCIA DAS MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E COOPERATIVAS**
- 11. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA**
- 12. DA HABILITAÇÃO**
- 13. DO RECURSO ADMINISTRATIVO**
- 14. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**
- 15. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO**



## **Conselho Regional de Nutricionistas - 3ª Região (SP - MS)**

### **16. DAS ATRIBUIÇÕES DO PREGOEIRO E DA AUTORIDADE COMPETENTE DO CRN-3**

### **17. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL**

### **18. DA FISCALIZAÇÃO**

### **19. DAS PENALIDADES**

### **20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

#### **1. DO OBJETO**

- 1.1.** Contratação da prestação de serviços de Seguro de Vida em Grupo, com cobertura básica e adicionais para em média 89 empregados do Conselho Regional de Nutricionistas 3ª Região, conforme especificações contidas no Termo de Referência, Anexo I do Edital.
- 1.2.** Havendo divergência entre o objeto relacionado neste edital e o lançado junto ao sítio eletrônico Comprasnet, prevalecerá o disposto em edital.

#### **2. DO PREÇO ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO**

- 2.1.** Para fins de estimativa de valores a serem pagos pelo Contratante à(s) Contratada(s) pelo fornecimento do objeto do presente Edital, utilizar-se-á como referência o valor médio obtido em pesquisa de mercado (Anexo I – Termo de Referência).
- 2.2.** A quantia mencionada no Anexo I – Termo de Referência, não indica qualquer compromisso futuro, tão somente refletindo valor estimado.
- 2.3.** O critério de julgamento adotado será o menor preço GLOBAL do grupo e item observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

#### **3. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

- 3.1.** Os recursos para custeio das despesas decorrentes da contratação que se seguir à licitação de que trata o Termo de Referência, correrão à conta da dotação orçamentária do CRN-3 para o exercício de 2022/2023.

#### **4. DA PARTICIPAÇÃO**

- 4.1.** Poderão participar deste Pregão pessoas jurídicas que:
  - 4.1.1.** Atendam a todas as exigências deste Edital;
  - 4.1.2.** Estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e perante o sistema eletrônico provido pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio do sítio [www.gov.br/compras/](http://www.gov.br/compras/).
  - 4.1.3.** Tenham objeto social pertinente e compatível com o objeto licitado.
- 4.2.** O cadastramento no SICAF poderá ser realizado pelo interessado em qualquer unidade de



## **Conselho Regional de Nutricionistas - 3ª Região (SP - MS)**

cadastro dos órgãos ou entidades da Presidência da República, dos Ministérios, das Autarquias e das Fundações que participam do Sistema Integrado de Serviços Gerais - SISG, localizadas nas Unidades da Federação.

- 4.3.** Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema e deverão informar-se a respeito do funcionamento, regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.
- 4.4.** O acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao CRN-3 responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 4.5.** Será vedada a participação de:
  - 4.5.1.** Empresa suspensa de participar de licitação e impedida de contratar com o CRN-3 e/ou com a Administração Pública, durante o prazo da sanção aplicada;
  - 4.5.2.** Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
  - 4.5.3.** Empresa declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;
  - 4.5.4.** Empresa impedida de licitar e contratar com a União, durante o prazo da sanção aplicada;
  - 4.5.5.** Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;
  - 4.5.6.** Empresa cujo estatuto ou contrato social não inclua o objeto deste Pregão;
  - 4.5.7.** Empresa que se encontre em processo de dissolução, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, falência, concordata, fusão, cisão ou incorporação;
  - 4.5.8.** Sociedade integrante de um mesmo grupo econômico, assim entendida aquela que tenha diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilize recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;
  - 4.5.9.** Consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição.
- 4.6.** Não poderão beneficiar-se do regime diferenciado e favorecido em licitações, concedido



## **Conselho Regional de Nutricionistas - 3ª Região (SP - MS)**

às microempresas e empresas de pequeno porte pela Lei Complementar nº. 123, de 14/12/2006, aquelas empresas que se enquadrem em qualquer das exclusões relacionadas no art. 3º, § 4º, com a exceção do parágrafo seguinte, ambos do mesmo diploma legal.

- 4.7.** Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
- 4.7.1.** Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;
- 4.7.1.1.** Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;
- 4.7.1.2.** Nos itens de participação não exclusiva, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte;
- 4.7.2.** Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;
- 4.7.3.** Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 4.7.4.** Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 4.7.5.** Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009;
- 4.7.6.** Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 4.7.7.** Que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.
- 4.8.** A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.
- 4.9.** O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

## **5. DAS INFORMAÇÕES, ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES AO EDITAL**

- 5.1.** Os pedidos de esclarecimentos sobre este procedimento, deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico [pregaoeletronico@crn3.org.br](mailto:pregaoeletronico@crn3.org.br).
- 5.2.** O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 2 (dois) dias úteis,



## **Conselho Regional de Nutricionistas - 3ª Região (SP - MS)**

contados da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

- 5.3.** Todo cidadão é parte legítima para impugnar o presente edital. Qualquer impugnação deverá ser enviada até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, considerando que o horário de expediente do CRN-3 é das 8h00 às 16h30, sendo admitida a petição recebida no endereço eletrônico [pregaoeletronico@crn3.org.br](mailto:pregaoeletronico@crn3.org.br).
- 5.4.** Caberá ao Pregoeiro, conforme o caso, requerer auxílio da área demandante do objeto, do setor responsável pela elaboração do Termo de Referência, da assessoria jurídica ou junto a outras áreas, podendo ainda promover quaisquer diligências que julgar necessárias e, então, manifestar-se sobre a impugnação no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.
- 5.5.** Acolhida a impugnação aos termos deste Edital, designar-se-á nova data para a realização da sessão pública, exceto quando a alteração não afetar a formulação das propostas.
- 5.6.** As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão entranhadas nos autos do processo, bem como disponibilizadas nos endereços eletrônicos [www.gov.br/compras/](http://www.gov.br/compras/) e [www.crn3.org.br](http://www.crn3.org.br) para conhecimento das Licitantes e da sociedade em geral, cabendo às interessadas em participar do certame acessá-los para obtenção das informações prestadas.
- 6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**
- 6.1.** No sistema eletrônico, consignar o valor global, a descrição do objeto, em conformidade com as especificações e demais características do Termo de Referência - Anexo I, com a indicação das demais informações necessárias à sua perfeita identificação;
- 6.2.** A proposta, conforme Modelo de Proposta (Anexo III), deverá:
- 6.2.1.** Ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada pelo seu representante legal.
- 6.2.2.** Conter a descrição do objeto, com informações similares à especificação do Termo de Referência, incluindo-se as informações necessárias à sua perfeita identificação.
- 6.2.3.** Conter o valor mensal em moeda corrente nacional, em algarismos, com 2 (duas) casas decimais, e o valor global, compondo todos os custos necessários para a prestação de serviços objeto deste Edital, bem como todos os tributos, fretes, seguros, encargos trabalhistas, comerciais e quaisquer outras despesas que incluam ou venham a incidir sobre o objeto desta licitação e que influenciem na formação dos preços da proposta;
- 6.2.4.** Quando for o caso, conter descrição da marca a fabricante do produto;
- 6.2.5.** Ter validade de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública



## **Conselho Regional de Nutricionistas - 3ª Região (SP - MS)**

estabelecida no preâmbulo deste Edital.

**6.3.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**6.4.** O encaminhamento da proposta implica em declaração tácita, sob as penas da lei, de concordância com as condições do Edital de Licitação.

### **7. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**7.1.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

**7.2.** O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

**7.3.** Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

**7.3.1.** Poderá ser admitida a juntada de novos documentos que venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame e que não altere ou modifique documento anteriormente encaminhado, nos termos do art. 17, inciso VI, do Decreto 10.024/2019.

**7.4.** As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

**7.5.** Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

**7.6.** Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

**7.7.** Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.





## **Conselho Regional de Nutricionistas - 3ª Região (SP - MS)**

- 7.8.** Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.
- 7.9.** Conforme Instrução Normativa SEGES/MG nº 3/2018, somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 7.10.** Os documentos complementares a proposta e a habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no Edital e já apresentados, serão encaminhados via sistema pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances. Em caso de dificuldade técnica ou impossibilidade de outra ordem, mediante prévio aviso ao Pregoeiro, e devidamente endereçado à Comissão Permanente de Licitações e com a identificação do referido certame e o respectivo objeto:
- 7.10.1. Via e-mail, para o endereço eletrônico [pregaoeletronico@crn3.org.br](mailto:pregaoeletronico@crn3.org.br).
- 7.11.** Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar em nome do licitante, com o número do CNPJ eo respectivo endereço.
- 7.12.** Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 7.13.** Em se tratando de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, havendo alguma restrição na comprovação fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.
- 7.14.** A não regularização da situação fiscal no prazo referido no item anterior, implicará a decadência do direito à adjudicação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 7º da Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, ficando facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

## **8. DA ABERTURA DA SESSÃO**

- 8.1.** A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, no sítio eletrônico: [www.gov.br/compras/](http://www.gov.br/compras/).





## **Conselho Regional de Nutricionistas - 3ª Região (SP - MS)**

**8.2.** A comunicação entre o Pregoeiro e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

**8.3.** Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

### **9. DA FORMULAÇÃO DE LANCES**

**9.1.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances por item, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do recebimento, respectivo horário de registro e valor consignado no registro de cada lance.

**9.2.** As licitantes poderão oferecer lances sucessivos e iguais, prevalecendo, para fins de classificação, aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema.

**9.3.** A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema. A diferença mínima entre lances deverá ser de 1% (um por cento).

**9.4.** O intervalo entre os lances será realizado automaticamente pelo sistema, sem qualquer interferência do CRN-3.

**9.5.** Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

**9.6.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

**9.7.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**9.8.** Não havendo novos lances da forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

**9.9.** Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

**9.10.** Durante o transcurso da sessão, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do ofertante.



## **Conselho Regional de Nutricionistas - 3ª Região (SP - MS)**

- 9.11.** Os lances apresentados e levados em consideração, para efeito de julgamento, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.
- 9.12.** Constatada eventual incorreção, na digitação de um lance, terá o pregoeiro a prerrogativa de excluí-lo, sendo concedida à licitante nova oportunidade de apresentação de lances, com valores corrigidos ou até mesmo repetindo aquele valor tido inicialmente como incorreto, ratificando-o.
- 9.13.** Não serão aceitos 2 (dois) ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 9.14.** Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances e o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 9.15.** No caso da desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e reiniciará somente após comunicação expressa aos participantes no sítio [www.gov.br/compras/](http://www.gov.br/compras/).
- 10. DO DIREITO DE PREFERÊNCIA DAS MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E COOPERATIVAS**
- 10.1.** Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, e houver proposta apresentada por microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, proceder-se-á da seguinte forma:
- 10.1.1.** A microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa mais bem classificada poderá, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos contados do envio da mensagem automática pelo sistema, apresentar um último lance, com desconto necessariamente superior àquele apresentado pela primeira colocada, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias, será adjudicado em seu favor o objeto deste Pregão.
- 10.1.2.** Não sendo vencedora a microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa melhor classificada, na forma do subitem anterior, o sistema, de forma automática, convocará as licitantes remanescentes que porventura se enquadrem na situação descrita nesta condição, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.
- 10.1.3.** No caso de equivalência dos descontos apresentados pelas microempresas,



## **Conselho Regional de Nutricionistas - 3ª Região (SP - MS)**

empresas de pequeno porte e cooperativas que se encontrem na hipótese descrita nesta condição, o sistema fará um sorteio eletrônico, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento do lance final do desempate.

- 10.2.** Não ocorrendo a adjudicação nos termos previstos na condição anterior, o objeto licitado será adjudicado em favor do licitante detentor da proposta originalmente melhor classificada se, após a negociação, houver compatibilidade de preço com o valor estimado e o licitante for considerado habilitado.

### **11. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA**

- 11.1.** Encerrada a etapa de lances, o Pregoeiro analisará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.
- 11.2.** Será rejeitada a proposta que apresentar valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado acrescidos dos respectivos encargos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração.
- 11.3.** O Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar, de MENOR VALOR GLOBAL, quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao valor médio para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e § 9º do art. 26 do Decreto nº 10.024/2019.
- 11.4.** O Pregoeiro poderá encaminhar contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação, não se admitindo negociar condições diferentes das previstas neste Edital.
- 11.5.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.
- 11.6.** Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital.
- 11.7.** Caso o Pregoeiro entenda que os lances ofertados não comportam os custos necessários para a execução do objeto a ser contratado, poderá exigir do licitante a comprovação da exequibilidade da oferta, a ser apresentado por meio de planilhas de custos e demonstrativos que evidenciem que o valor ofertado é suficiente para cobrir as despesas referidas no art. 48, inc. II, da Lei 8666/93, no prazo de 2 (duas) horas, sendo facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita via chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 11.8.** O Pregoeiro também poderá, em caso da necessidade, solicitar esclarecimentos complementares na forma de diligência prevista do § 3º do art. 43 da Lei n.º 8.666/93, para efeito de comprovação de sua exequibilidade, podendo-se adotar, dentre outros, os



## **Conselho Regional de Nutricionistas - 3ª Região (SP - MS)**

seguintes procedimentos:

- 11.8.1. Questionamentos junto ao proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexecutabilidade;
  - 11.8.2. Consultas a entidades ou conselhos de classe, sindicatos ou similares;
  - 11.8.3. Pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;
  - 11.8.4. Verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada;
  - 11.8.5. Estudos setoriais;
  - 11.8.6. Demais verificações que porventura se fizerem necessárias.
- 11.9.** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.
- 11.10.** O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado, via Sistema, após a negociação realizada e verificação da executabilidade, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 11.10.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita via chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 11.11.** Para critério de aceitabilidade do preço global, serão considerados os critérios dispostos nos parágrafos 1º e 2º do art. 48, da Lei 8.666/93.
- 11.12.** Pregoeiro poderá solicitar pareceres de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do CRN-3 ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, bem como recorrer à jurisprudência ou doutrina para orientar sua decisão.
- 11.13.** Erros no preenchimento que não alterem a substância das propostas não constituem motivo para a sua desclassificação, devendo o licitante adequá-la após solicitação, pelo Pregoeiro.
- 11.14.** Se a proposta não for aceitável ou se o licitante não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a este Edital.

## **12. DA HABILITAÇÃO**

- 12.1.** Como condição prévia ao exame dos documentos de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:



## **Conselho Regional de Nutricionistas - 3ª Região (SP - MS)**

- 12.1.1. SICAF;
  - 12.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS mantido pela Controladoria Geral da União ([www.portalttransparencia.gov.br/ceis](http://www.portalttransparencia.gov.br/ceis));
  - 12.1.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));
  - 12.1.4. Lista de inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos – CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União – TCU.
- 12.2.** Para a consulta de pessoa jurídica, os itens “12.1.2” a “12.1.4” acima poderão ser substituídas pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).
- 12.3.** Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitante será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.
- 12.3.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
  - 12.3.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.
  - 12.3.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.
- 12.4.** Havendo a necessidade de envio de documentos complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.
- 12.5.** Ressalvado o disposto no item 7.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:
- 12.5.1. Relativos à Habilitação Jurídica:**
    - 12.5.1.1.** No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
    - 12.5.1.2.** Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);
    - 12.5.1.3.** No caso de sociedade empresária ou empresa individual de



## **Conselho Regional de Nutricionistas - 3ª Região (SP - MS)**

responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

- 12.5.1.4.** Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- 12.5.1.5.** No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 12.5.1.6.** No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- 12.5.1.7.** No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;
- 12.5.1.8.** Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
- 12.5.1.9.** O objeto social deverá ser compatível com o objeto desta licitação, sob pena de inabilitação.

### **12.5.2. Qualificação econômica-financeira**

- 12.5.2.1.** Certidão Negativa de Falência ou Concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

### **12.5.3. Qualificação Técnica**

- 12.5.3.1.** Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.
  - a) Os atestados deverão conter razão social, CNPJ, endereço completo do contratante, características do bem fornecido, data de emissão, nome, cargo telefone, endereço e e-mail do atestador, ou qualquer outro meio com o qual o CRN-3 possa valer-se para manter contato com a pessoa declarante, se for o caso, além das características e quantidades das atividades executadas pela LICITANTE e outras informações que forem julgadas pertinentes e relevantes. O documento deve conter assinatura do emitente;
  - b) Para fins de comprovação, o Atestado de Capacidade Técnica deverá ser expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado em nome da licitante e comprovar a execução anterior da prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação.



## **Conselho Regional de Nutricionistas - 3ª Região (SP - MS)**

- c) Declaração formal da empresa de que apresentará, no ato da assinatura do contrato, o Registro de Inscrição, bem como Certidões de Regularidade, emitida pela Superintendência de Seguros Privados SUSEP

**12.5.3.2.** O pregoeiro poderá solicitar outros documentos que comprovem a situação do atestado, tais como notas fiscais, faturas, apólices ou contratos, devendo o licitante fornecer, ainda, dados de contato do emitente do atestado, caso não conste no documento e seja necessário à diligência do pregoeiro.

a) Os documentos remetidos por meio da opção "Enviar Anexo" do sistema Comprasnet poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo Pregoeiro.

b) Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados a Comissão de Licitação, situado na Av. Brigadeiro Faria Lima, 1.461 – 3º andar – Torre Sul - Jd Paulistano/São Paulo-SP – 01452-002.

**12.6.** Para fins de habilitação, a verificação em sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

**12.7.** Constatado o atendimento às exigências fixadas neste Edital, o licitante será declarado vencedor.

### **13. DO RECURSO ADMINISTRATIVO**

**13.1.** Declarado(s) o(s) vencedor(es), o Pregoeiro abrirá prazo de 30 (trinta) minutos, durante o qual qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso, ou seja, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos.

**13.2.** O Pregoeiro, neste momento, não adentrará no mérito recursal; apenas fará juízo de admissibilidade da intenção de recurso manifestada, aceitando-a ou rejeitando-a motivadamente, em campo próprio do sistema.

**13.3.** A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso, no momento da sessão pública deste Pregão, implica na decadência desse direito, ficando o Pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante vencedor.

**13.4.** O recorrente que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, após a admissibilidade do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente, independentemente de intimação específica, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**13.5.** O prazo para resposta do Pregoeiro será de 5 (cinco) dias úteis contados a partir do final





## **Conselho Regional de Nutricionistas - 3ª Região (SP - MS)**

do prazo para contrarrazões.

- 13.6.** O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

### **14. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

- 14.1.** A sessão pública poderá ser reaberta:

14.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

14.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

- 14.2.** Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

14.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") ou e-mail.

14.2.2. A convocação feita por e-mail será de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus cadastros atualizados.

### **15. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO**

- 15.1.** O objeto deste Pregão será adjudicado ao licitante vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela Autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

- 15.2.** Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o certame.

### **16. DAS ATRIBUIÇÕES DO PREGOEIRO E DA AUTORIDADE COMPETENTE DO CRN-3**

- 16.1.** Cabem ao Pregoeiro as atribuições dispostas no art. 17 do Decreto nº 10.024/2019, inclusive adjudicar o objeto deste Pregão, exceto quando houver recurso.

- 16.2.** À Autoridade Competente do CRN-3 cabe:

16.2.1. Adjudicar o objeto deste Pregão ao licitante vencedor, se houver a interposição de recurso.

16.2.2. Homologar o resultado e promover a contratação correspondente a este Pregão;

16.2.3. Anular este Pregão por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado;



## **Conselho Regional de Nutricionistas - 3ª Região (SP - MS)**

16.2.4. Revogar este Pregão, se for considerado inoportuno ou inconveniente ao interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado.

**16.3.** É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase deste Pregão, promover diligências destinadas a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam constar originariamente da proposta ou da documentação.

### **17. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL**

**17.1.** Homologado o certame e esgotado o prazo recursal, o vencedor será convocado por qualquer meio hábil que se possa comprovar o recebimento da convocação, aceitando-se, inclusive, os meios eletrônicos: e-mail, dentre outros, visando a assinatura do Contrato, conforme Anexo II – Minuta do Contrato.

17.1.1. O contrato será elaborado e assinado via SEI – Sistema Eletrônico de Informação e para tanto deverão ser realizados os seguintes procedimentos:

17.1.1.1. Preencher e assinar o Anexo IV (**Termo de Declaração de Concordância e Veracidade**), enviar o termo para o e-mail [pregaoeletronico@crn3.org.br](mailto:pregaoeletronico@crn3.org.br), juntamente com comprovante de residência e documento de identificação no qual conste o número do CPF.

17.1.1.2. Realizar o cadastro no sistema, conforme segue:

- a) Acessar a página: <http://portalsei.cfn.org.br>;
- b) Em seguida, clicar em "Acessar como Usuário externo";
- c) Na página que abriu no seu navegador clicar em "Quero me cadastrar como usuário externo no SEI do Sistema CFN/CRN";
- d) Preencher as informações solicitadas para cadastro, criar login e senha;

17.1.2. Conforme Decreto nº 8.539/2015, e demais normas aplicáveis, é admitida como válida a assinatura eletrônica na modalidade cadastrada (login/senha), tendo como consequência a responsabilidade pelo uso indevido das ações efetuadas, as quais serão passíveis de apuração civil, penal e administrativa.

17.1.3. Após cadastro do login e senha no SEI e envio dos documentos via e-mail, o Contrato será encaminhado ao licitante vencedor para assinatura.

**17.2.** O prazo para assinatura do Contrato é de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da convocação, sob pena de decair o direito ao fornecimento, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

17.2.1. O prazo para a assinatura poderá ser prorrogado uma única vez, por igual



## Conselho Regional de Nutricionistas - 3ª Região (SP - MS)

período, quando solicitado pelo vencedor, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo CRN-3;

17.2.2. A não assinatura no prazo estipulado, poderá incidir na infração do art. 81, da Lei Federal nº 8.666/1993 e ensejará a possibilidade de aplicação das penalidades previstas em lei.

17.2.3. Caso o licitante vencedor, no ato da assinatura do Termo de Contrato, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e feita a negociação, assinar o contrato, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.

17.2.4. Após a assinatura de todas as partes, será encaminhada eletronicamente a via do contrato assinado.

17.3. Caso ocorra fato justificado, a rescisão contratual seguirá o disposto na Seção V do Capítulo III da Lei nº 8.666/1993.

17.4. Poderá ser acrescentada ao Contrato, a ser assinado, qualquer vantagem apresentada pelo licitante vencedor em sua proposta, desde que seja pertinente e compatível com os termos deste Edital.

17.5. Previamente à contratação, a Administração realizará consulta ao SICAF para verificar se o licitante vencedor mantém as mesmas condições de habilitação, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

17.5.1. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o adjudicatário deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

### 18. DA FISCALIZAÇÃO

18.1. A Administração indicará agente responsável para acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços a serem contratados, a quem competirá as atribuições e responsabilidades do art. 67 da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo das sanções administrativas e penais cabíveis, podendo ser designado outro fiscal, quando conveniente, sendo formalizado nos autos e comunicado à **CONTRATADA**, sem necessidade de elaboração de termo aditivo.

### 19. DAS PENALIDADES

19.1.1. Em caso de inexecução do Contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual, ou inverossímil das informações prestadas, sem prejuízo da propositura da competente ação de perdas e danos, a **CONTRATADA** estará sujeita às seguintes sanções:

I - advertência;



## Conselho Regional de Nutricionistas - 3ª Região (SP - MS)

II - suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 2 (dois) anos;

III - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto persistirem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que tiver aplicado a penalidade;

IV – Multas:

a) De 5% (cinco por cento) sobre o valor total do Contrato por infração a qualquer cláusula ou condição, aplicada em dobro na sua reincidência;

b) De 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato no caso de sua rescisão por ato unilateral da administração, motivado por culpa da **CONTRATADA**, garantida defesa prévia, independentemente das demais sanções cabíveis;

**19.1.2.** As multas estabelecidas no presente Instrumento serão recolhidas na conta corrente a ser indicada pela **CONTRATANTE** no prazo de 05 (cinco) dias, contados da data da intimação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a **CONTRATADA** fizer jus e, em caso de inexistência ou insuficiência de crédito desse, o valor devido será cobrado administrativa e/ou judicialmente.

**19.1.3.** A aplicação da penalidade indicada no inciso IV (multa) do subitem 19.1.1, não exclui a aplicação das demais penalidades apontadas nos incisos I, II e III do mesmo subitem.

**19.1.4.** No processo de aplicação de sanções é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, facultada defesa prévia do interessado no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

## 20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**20.1.** Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico, ficando responsável pelos ônus decorrentes da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer atos praticados naquele ambiente.

**20.2.** É facultada ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

**20.3.** No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

**20.4.** Fica assegurado ao CRN-3 o direito de, segundo seu interesse, revogar, a qualquer tempo e motivadamente, no todo ou em parte, a presente licitação, dando ciência aos participantes, na forma da legislação vigente.



## **Conselho Regional de Nutricionistas - 3ª Região (SP - MS)**

- 20.5.** Os licitantes assumirão todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas, o CRN-3 não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 20.6.** O resultado do presente certame será divulgado no Diário Oficial da União (DOU) e no endereço eletrônico [www.crn3.org.br](http://www.crn3.org.br) > Portal da Transparência > Licitações e Contratos.
- 20.7.** Para contagem de prazos neste Edital, considera-se prorrogado até o 1º (primeiro) dia útil subsequente se o vencimento cair em dia sem expediente no CRN-3.
- 20.8.** Para solucionar quaisquer questões oriundas desta licitação, é competente, por disposição legal, o foro da Seção Judiciária de São Paulo.
- 20.9.** Integram o presente Edital:
- 20.9.1** Anexo I – Termode Referência;
  - 20.9.2** Anexo II – Minuta do Contrato;
  - 20.9.3** Anexo III – Modelo de proposta;
  - 20.9.4** Anexo IV – Termo de Declaração de Concordância e Veracidade

São Paulo, 10 de novembro de 2022.

**Conselho Regional de Nutricionistas 3ª Região**

**Dra. Nina da Costa Correa**

**Presidente**

**Dra. Débora Cabanes Bertomeu**

**Tesoureira**



### CONSELHO REGIONAL DE NUTRICIONISTAS 3ª REGIÃO

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1461, São Paulo/SP, CEP 01452-002  
 Telefone: 11-3474-6190 - <http://www.crn3.org.br/> - E-mail: [crn3@crn3.org.br](mailto:crn3@crn3.org.br)

### ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 003315.000216/2022-33

#### 1. ORGÃO INTERESSADO E LOCALIZAÇÃO

1.1. **Órgão Interessado:** Conselho Regional de Nutricionistas da 3ª Região (SP e MS)

1.2. **Endereço:** Av. Brigadeiro Faria Lima, 1461, 3º andar, Torre Sul – Jardim Paulistano – São Paulo/SP - 01452-002 - [www.crn3.org.br](http://www.crn3.org.br) – [pregaoeletronico@crn3.org.br](mailto:pregaoeletronico@crn3.org.br) 11 3474-6151 – 11 3474-6155.

#### 2. DEFINIÇÃO DO OBJETO

2.1. Contratação da prestação de serviços de Seguro de Vida em Grupo, com cobertura básica e adicionais para em média 89 empregados do Conselho Regional de Nutricionistas 3ª Região, conforme especificações contidas abaixo:

#### 2.2. TABELAS DE VIDAS ATUAL:

##### 2.2.1.

Número	Sexo	Data de Nascimento	Idade	Situação
1	F	13/02/1990	32	Trabalhando
2	F	09/01/1993	29	Trabalhando
3	M	28/03/1964	58	Trabalhando
4	F	25/06/1982	40	Trabalhando
5	F	11/03/1981	41	Trabalhando
6	F	22/12/1989	33	Trabalhando
7	F	16/10/1988	34	Trabalhando
8	F	10/07/1962	60	Aposentado - Ativo
9	F	20/08/1984	38	Trabalhando
10	F	23/05/1985	37	Trabalhando
11	M	12/09/1987	35	Trabalhando
12	F	03/04/1967	55	Trabalhando
13	F	03/01/1991	31	Trabalhando
14	F	27/01/1986	36	Trabalhando
15	F	08/08/1981	41	Trabalhando
16	F	29/10/1953	69	Aposentado - Ativo
17	F	02/04/1969	53	Trabalhando
18	M	12/08/1960	62	Trabalhando
19	F	10/09/1964	58	Trabalhando
20	F	30/07/1981	41	Trabalhando
21	F	26/12/1989	33	Trabalhando
22	F	26/06/1965	57	Aposentado - Ativo
23	M	12/06/1983	39	Trabalhando
24	M	22/07/1979	43	Trabalhando
25	F	20/10/1991	31	Trabalhando
26	F	31/08/1983	39	Trabalhando

Número	Sexo	Data de Nascimento	Idade	Situação
27	F	19/07/1986	36	Trabalhando
28	M	27/08/1981	41	Trabalhando
29	F	03/08/1973	49	Trabalhando
30	F	11/12/1993	29	Trabalhando
31	F	07/05/1964	58	Trabalhando
32	M	19/03/1978	44	Trabalhando
33	M	07/07/1952	70	Aposentado - Ativo
34	M	05/04/1979	43	Trabalhando
35	F	13/07/1983	39	Trabalhando
36	F	10/01/1992	30	Trabalhando
37	F	04/01/1986	36	Trabalhando
38	F	28/11/1975	47	Trabalhando
39	F	01/10/1991	31	Trabalhando
40	M	08/04/1989	33	Trabalhando
41	F	14/11/1990	32	Trabalhando
42	F	14/05/1993	29	Trabalhando
43	F	16/03/1977	45	Trabalhando
44	F	28/05/1963	59	Aposentado - Ativo
45	F	16/10/1976	46	Trabalhando
46	F	17/03/1972	50	Trabalhando
47	F	07/12/1970	52	Trabalhando
48	F	07/12/1969	53	Trabalhando
49	F	15/03/1969	53	Trabalhando
50	M	30/06/1982	40	Trabalhando
51	F	13/08/1976	46	Trabalhando
52	M	11/12/1982	40	Trabalhando
53	M	01/02/1986	36	Trabalhando
54	F	08/12/1978	44	Trabalhando
55	F	22/05/1968	54	Trabalhando
56	F	18/08/1980	42	Trabalhando
57	F	05/10/1967	55	Trabalhando
58	M	16/02/1999	23	Trabalhando
59	F	12/10/1989	33	Trabalhando
60	F	14/10/1981	41	Trabalhando
61	M	22/05/1975	47	Trabalhando
62	F	04/04/1982	40	Trabalhando
63	F	09/07/1985	37	Trabalhando
64	F	22/03/1989	33	Trabalhando
65	F	23/10/1974	48	Trabalhando
66	F	29/01/1980	42	Trabalhando
67	F	09/02/1983	39	Trabalhando
68	F	24/04/1990	32	Trabalhando
69	F	28/04/1977	45	Trabalhando
70	F	01/09/1963	59	Auxilio doença-INSS
71	F	04/10/1962	60	Trabalhando
72	F	31/08/1965	57	Trabalhando
73	F	01/03/1977	45	Trabalhando
74	F	19/05/1988	34	Trabalhando
75	F	16/10/1967	55	Trabalhando
76	F	07/03/1962	60	Aposentado - Ativo
77	F	25/08/1983	39	Licença Maternidade
78	F	01/07/1988	34	Trabalhando
79	F	20/05/1994	28	Trabalhando
80	F	13/01/1980	42	Trabalhando
81	F	13/08/1984	38	Trabalhando



Número	Sexo	Data de Nascimento	Idade	Situação
82	M	12/02/1983	39	Trabalhando
83	F	14/05/1984	38	Trabalhando
84	F	10/02/1987	35	Trabalhando
85	M	30/03/1990	32	Trabalhando
86	F	01/12/1960	62	Aposentado - Ativo
87	F	11/09/1980	42	Trabalhando
88	M	10/08/1991	31	Trabalhando
89	F	11/08/1959	63	Aposentado - Ativo

2.2.2. O número de vidas e os dados acima podem variar conforme quadro de empregados, sendo modificado conforme admissões e demissões.

2.2.3. Os dados da tabela são do quadro funcional até **09/11/2022**.

2.3. O contrato terá vigência pelo período de 12 meses, contados a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado, com base no artigo 57, §1º, da Lei n. 8.666/93.

### 3. JUSTIFICATIVAS E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

3.1. Há a necessidade de garantir a continuidade da cobertura do Seguro de Vida em Grupo, uma vez que esse serviço faz parte do rol de benefícios oferecidos pelo CRN-3 há vários anos. A continuidade da oferta do benefício de seguro de vida demonstra a preocupação institucional com a vida pessoal dos profissionais, colaborando, assim, para a melhoria do clima organizacional, além de proporciona tranquilidade quanto à segurança de seus familiares

3.2. As disposições legais sobre os seguros de pessoas estão previstas no Código Civil Brasileiro, do ano de 2002, nos artigos compreendidos entre o Art.757 até o Art.802.

3.3. Também existem disposições legais definidas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, o órgão responsável pelo controle e fiscalização dos mercados de seguro, previdência privada aberta, capitalização e resseguro.

3.4. Apólice de seguro de vida atual com a seguradora Capemisa Seguradora de Vida E Previdência S/A –, iniciou-se em 08/01/2017 com o término de seu último aditamento em **09/01/2023**, e como os aditamentos já estão dentro do prazo de 60 meses não será mais possível a sua renovação, conforme previsão legal da Lei 8.666/93. Sendo necessário iniciar um novo processo para contratação via Licitação

### 4. FORMA DE EXECUÇÃO DO OBJETO

#### 4.1. DA COBERTURA E CAPITAL ASSEGURADO

##### 4.1.1. COBERTURA BÁSICA

4.1.1.1. Morte por qualquer causa - Valor de R\$ 15.000,00

##### 4.1.2. COBERTURAS ADICIONAIS

4.1.3. IPA - Invalidez Permanente Total ou Parcial por Acidente - Valor de R\$ 15.000,00

4.1.4. IPD - Invalidez Permanente Total ou Por Doença - Valor de R\$ 15.000,00

### 4.2. INDENIZAÇÕES

4.2.1. **Morte por qualquer causa:** pagamento do capital segurado individual contratado para esta cobertura, de uma única vez, em caso de morte do segurado, seja natural ou acidental;

4.2.2. **Invalidez Permanente Total ou Parcial por Acidente:** pagamento da indenização com base nos percentuais estabelecidos pelo SUSEP, em caso de perda, redução ou impotência funcional definitiva, total ou parcial, de membro ou órgão decorrente de acidente pessoal coberto;

4.2.3. **Invalidez Permanente Total por Doença:** pagamento de indenização relativa à garantia básica em caso de invalidez permanente total, consequente de doença. Considera-se invalidez permanente total por doença aquela para qual não se pode esperar recuperação ou reabilitação com recursos terapêuticos disponíveis no momento da contratação. São considerados também como total e permanente inválidos os componentes segurados portadores de doença em fase terminal atestada por profissional legalmente habilitado.

4.2.4. O suicídio não é coberto nos dois primeiros anos de vigência do contrato de seguro de vida, ressalvado o direito do beneficiário à devolução do montante da reserva técnica formada.

#### 4.3. **PAGAMENTO DE INDENIZAÇÕES**

4.3.1. As indenizações de sinistros deverão ser pagas no prazo de até 30 (trinta) corridos, contados a partir da data da entrega da documentação à Seguradora.

4.3.2. Em caso de sinistro, a seguradora deverá entregar de forma escrita a relação detalhada de toda a documentação que deverá ser providenciada pelo beneficiário, necessária para o recebimento da indenização.

4.3.3. No caso de solicitação de documentação complementar, devidamente justificada, o prazo constante do item anterior será suspenso, e a contagem do novo prazo passará a prevalecer a partir da data de entrega da documentação solicitada;

4.3.4. O não cumprimento do prazo implicará na aplicação de juros de mora de 2% (dois por cento) ao mês, incidentes sobre o capital segurado, sem prejuízo de sua atualização;

4.3.5. As indenizações de sinistro deverão ser atualizadas monetariamente pela variação do índice IPCA/IBGE, a partir da data da comunicação do evento até a data do efetivo pagamento;

4.3.6. Considera-se como data do evento, para efeito de determinação do capital segurado, quando da liquidação dos sinistros:

- a) No caso de Morte por qualquer motivo, aquela vigente na data do óbito;
- b) Nos casos de Invalidez Permanente Total ou Parcial por Acidente (IPA), aquela vigente na data do acidente;
- c) Nos casos de Invalidez Funcional Permanente Por Doença, aquela indicada na declaração médica;

4.3.7. É vedada a inclusão de cláusula nas condições contratuais que disponha sobre a fixação de prazo máximo para a comunicação de sinistro;

4.3.8. Em caso de ocorrência de sinistro, o Empregado, ou quem suas vezes fizer, deverá comunicar diretamente ao CRN-3 a ocorrência do sinistro para ser orientado dos procedimentos, documentos e prazos necessários para a liquidação do sinistro para assim ser encaminhado a seguradora.

4.3.9. **Nos casos de Invalidez Permanente Total ou Parcial por Acidente e de Invalidez Permanente Total por Doença,** a Seguradora efetuará o pagamento da indenização de acordo com os percentuais estabelecidos na tabela aprovada pela SUSEP, após a conclusão do tratamento, ou esgotados os recursos terapêuticos disponíveis para recuperação, e constatada e avaliada a invalidez permanente quando da alta médica definitiva.

4.3.10. A seguradora será responsável pelo pagamento do sinistro aos beneficiários, não cabendo ao CRN-3 o pagamento ou recebimento de nenhum valor referente a liquidação do sinistro.

4.3.11. A Seguradora deverá disponibilizar uma central de atendimento ao cliente, via internet e/ou por telefone (vinte e quatro) horas por dia 7(sete) dias por semana, sem qualquer ônus adicional ao CRN-3, para os segurados e beneficiários entrarem em contato para tirarem dúvida em relação a documentação, acompanhamento de solicitação e pagamento de sinistro.

#### 4.4. ADESÃO INICIAL, DA INCLUSÃO E EXCLUSÕES

4.4.1. Contemplará todos os empregados com vínculo empregatício com o CRN-3, no início da vigência da Apólice, constantes de relação nominal a ser fornecida pelo CRN-3, **com aceitação sem limite de idade e sem restrições ao estado de saúde do segurado;**

4.4.2. A partir da data de início de vigência da apólice, a seguradora assumirá todos os riscos inerentes aos segurados deste contrato, inclusive aqueles que eventualmente estejam ou venham a ser afastados para tratamento de saúde;

4.4.3. Eventuais inclusões, que ocorrerem no decorrer de vigência da apólice, não terão taxas por faixa etária, pois não há limitação de idade no grupo segurado inicial;

4.4.4. As inclusões ocorrerão quando da admissão de um empregado, através de envio por meio eletrônico, preferencialmente via plataforma/software da contratada, com todos os dados necessários enviados pela contratante;

4.4.5. As exclusões poderão ocorrer a qualquer momento, preferencialmente via plataforma/software da contratada, durante a vigência da apólice, sem ônus para o CRN-3, e serão realizadas quando da **demissão ou morte** do empregado segurado.

4.4.6. As movimentações (inclusões e exclusões) deverão ser realizada por meio eletrônico, preferencialmente por meio de sistema/plataforma, ou por meio de formulário a ser disponibilizado pela contratada, onde serão inseridas todas as informações necessárias para a efetivação das movimentações.

#### 5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Responsabilizar-se integralmente pela emissão da Apólice de Seguro, **no prazo de 15 (quinze) dias**, contados da publicação do contrato, a qual deverá retratar fielmente todas as condições do Edital e seus anexos;

5.2. No ato da assinatura do contrato a seguradora deverá fornecer o Manual do Segurado, por meio físico ou eletrônico, contendo as condições gerais, e as informações importantes, como:

5.2.1. glossário contendo as principais definições;

5.2.2. procedimentos e orientações a serem adotados em caso de sinistro e para solicitação do pagamento da indenização;

5.2.3. relação detalhada dos documentos necessários para cada cobertura;

5.2.4. entre outras informações;

5.3. No ato da assinatura do contrato a contratada deverá enviar ao Setor Administrativo / Recursos Humanos, a relação detalhada de toda a documentação que deverá ser providenciada pelo beneficiário, para o recebimento da indenização, em caso de sinistro.

5.4. No ato da assinatura do contrato a contratada deverá disponibilizar ao Setor Administrativo / Recursos Humanos do CRN-3 todos os formulários necessários de indicação para liquidação de sinistro;

5.5. Emitir certificado Individual de Seguro em papel, cartão ou disponibilizar por meio eletrônico aos empregados do CRN-3, no início do seguro e em cada uma das renovações, contendo as condições contratadas, dados do segurado, cobertura, capital segurado de cada cobertura, indicação do beneficiário em caso de morte, dados da apólice e registro do processo na SUSEP;

5.6. O segurado poderá alterar seus beneficiários a qualquer tempo, mediante solicitação. Neste caso será emitido, sem ônus, uma nova apólice com a nova condição;

5.6.1. No ato da assinatura do contrato a contratada deverá disponibilizar ao Setor Administrativo / Recursos Humanos do CRN-3 o formulário para indicação dos beneficiários;

5.7. Na ausência de beneficiários designados pelo segurado, será considerado como beneficiários aquele enquadrado como herdeiro legal, conforme previsto no Código Civil Brasileiro em vigor;

5.8. Manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, durante toda a validade do contato e vigência da apólice;

5.9. Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da execução do contrato, como impostos, contribuições previdenciárias, encargos trabalhistas e/ou quaisquer outras que forem devidas, quer em relação à prestação de serviços, quer em relação aos empregados;

5.10. Manter sigilo absoluto sobre quaisquer informações adquirida em virtude da execução do contrato/apólice, não podendo, sob qualquer pretexto, utilizá-la para si, divulgar, revelar, reproduzir ou dela dar conhecimento a terceiros, responsabilizando-se em caso de descumprimento das obrigações assumidas, por eventuais perdas e danos demais consequências legais cabíveis;

5.11. Corrigir, sob suas expensas, no total ou em parte, os serviços nos quais se verificarem vícios, problemas ou incorreções resultantes da prestação da contratada;

5.12. Liquidar os sinistros nos prazos e na forma definida no Termo de Referência;

5.13. A CONTRATADA não poderá limitar a idade nem condições de saúde para novas inclusões, uma vez que os empregados do CRN-3 são aprovados em concurso público;

5.14. A contratada deverá ter a Certidão de Regularidade emitida pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, comprovando que está autorizada a operar no mercado de seguros.

5.15. No caso de plataforma ou software disponível pela contratada, deverá ser fornecido login e senha, sem limite de acessos, além de treinamento para utilização da solução.

## 6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Fornecer a Seguradora todas as informações, esclarecimentos, documentos e condições necessárias a plena cobertura do seguro objeto deste contrato;

6.2. Gerir e fiscalizar a fiel execução do contrato, além de comunicar a contratada sobre qualquer alteração ou irregularidade na execução deste, bem como eventuais necessidades relacionadas ao bom desempenho da prestação de serviços;

6.3. Supervisionar a execução do contrato e atestar as Notas fiscais correspondentes, por intermédio do Gestor do contrato; e fiscal do contrato;

6.4. Rejeitar no todo ou em parte os serviços entregues em desacordo com as obrigações assumidas pela empresa licitante vencedora.

## 7. GESTÃO/FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

7.1. Os principais atores do Contrato são:

7.1.1. **Gestor do Contrato:** empregado com atribuições gerenciais, designado para coordenar e comandar o processo de gestão e fiscalização da execução contratual;

7.1.2. **Fiscal do Contrato:** empregado indicado pela autoridade competente para fiscalizar o contrato;

7.1.3. **Preposto:** representante da contratada, responsável por acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à Contratante, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual;

- 7.2. Os atores dos itens 8.1.1 e 8.1.2, bem como suas responsabilidades, estão descritas no Ato Normativo CRN-3 nº 02/2019.
- 7.3. O preposto será formalmente nomeado pelo representante legal da contratada.
- 7.4. A comunicação entre os atores nomeados pela Contratada e Contratante será preferencialmente escrita, admitidos como meios formais de comunicação e-mails, ordens de serviço, atas de reunião e ofícios.
- 7.5. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual serão realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática.
- 7.6. A fiscalização dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a Contratada não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 7.7. Durante a execução do objeto, o fiscal irá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- 7.8. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade do equipamento, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.
- 7.9. O setor demandante irá registrar as ocorrências referentes à execução do contrato e encaminhará ao fiscal/gestor para providências cabíveis.

## 8. RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 8.1. As apólices individuais deverão ser emitidas e entregues por meio eletrônico para os email's: **rh\_adm@crn3.org.br e compras@crn3.org.br, no prazo de até 15(quinze) corridos dias após a assinatura do contrato.**
- 8.1.1. O objeto será recebido provisoriamente na data de entrega conforme item 9.1.
- 8.2. O objeto será recebido definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da conformidade dos serviços prestados e consequente aceitação mediante ateste.

## 9. PAGAMENTOS:

- 9.1. Os pagamentos serão realizados pela CONTRATANTE à CONTRATADA, no dia 15 (quinze) do mês subsequente à prestação do serviço, mediante ateste do fiscal do contrato, por meio de pagamento eletrônico via código de barras ou transferência bancária e apresentação de nota fiscal/fatura respectiva.
- 9.2. O pagamento mensal do prêmio de seguro será efetuado mediante apresentação de fatura/apólice, acompanhada de quadro demonstrativo mensal do número de vidas e capital segurado, a ser apresentada ao CRN-3 até o dia 05 de cada mês subsequente ao de competência da cobertura do seguro;
- 9.3. O pagamento observará sempre o número de vidas cobertas para cada mês de vigência do contrato, lembrando que o número de vidas informada é estimado, podendo ter alterações devido à novas admissões ou demissões.
- 9.4. A apresentação da nota fiscal ou fatura para pagamento deverá observar o seguinte:
- 9.4.1. Indicação expressa dos encargos, impostos e tributos passíveis de retenção na fonte, que serão retidos conforme as legislações pertinentes ao ramo de atividade. Deverá, ainda, estar de acordo com a legislação tributária das esferas alcançadas e em conformidade com o objeto contratado no tocante à sua natureza.

9.4.1.1. A nota fiscal ou fatura deverá ser emitida em nome da Sede do CRN-3, CNPJ nº 44.407.989/0001-28, Cadastro Municipal nº 8.598.428-0.

9.4.1.2. A nota fiscal/Fatura e o boleto, quando for o caso, deverá ser enviada ao e-mail: [financeiro@crn3.org.br](mailto:financeiro@crn3.org.br).

9.4.1.3. Quando a legislação assim determinar, deverão ser apresentadas notas fiscais segregadas, separando produtos de serviços cuja somatória deverá resultar no valor do objeto contratado.

9.4.1.4. A nota fiscal/Fatura deverá conter em seu corpo descrição detalhada do objeto e dados bancários para depósito do pagamento, se for o caso.

9.5. Previamente a cada pagamento, a Administração deverá consultar o SICAF a fim de verificar: (i) existência de ocorrências impeditivas indiretas, caso em que, deverá diligenciar para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no relatório; (ii) identificar eventuais penalidades impeditivas de contratar com o Poder Público; (iii) confirmar a situação de regularidade dos requisitos de habilitação, podendo acessar outros sítios eletrônicos oficiais caso a informação no SICAF não seja suficiente.

9.5.1. Havendo ocorrências serão adotados, por parte da Administração, os procedimentos previstos no art. 31 da IN MPGD nº 03/2018 no que couber, dada a natureza deste instrumento contratual.

9.6. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.6.1. A Contratada optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123 de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos naquele regime, ficando o pagamento condicionado à apresentação de comprovação de que faz jus ao tratamento tributário favorecido.

9.6.2. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa (por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência), ou, ainda, se for constatado no ato da atestação que o objeto entregue não corresponde às especificações, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras.

9.6.3. Nestas hipóteses, o prazo iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

9.6.4. Será considerada data do pagamento o dia que constar como operacionalizado o trâmite do pagamento (ordem bancária, depósito bancário ou transferência bancária).

## 10. DO REAJUSTE

10.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

10.2. Dentro do prazo de vigência do contrato/apólice e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA/IBGE exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

10.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

10.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

10.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

10.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

10.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**11. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

11.1.1. O objeto contratual não envolve disponibilização de mão-de-obra, tornando-se, a garantia sobre o contrato um custo adicional e desnecessário para a Administração.

**12. CUSTOS ESTIMADOS**

12.1. O Custo médio estimado unitário por vida é de R\$ 3,81 (três reais e oitenta e um centavos), sendo o mensal de R\$ 339,25 (trezentos e trinta e nove reais e vinte e cinco centavos) e global é de R\$ 4.070,96 (quatro mil e setenta reais e noventa e seis centavos) inclusas todas as despesas.

**13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

13.1. Os recursos para custeio das despesas decorrentes da contratação da presente licitação estão previstas na dotação orçamentária do CRN-3, para o Exercício de 2022/2023.

**14. DISPOSIÇÕES GERAIS**

14.1. Não serão admitidos consórcios de pessoas jurídicas, devendo o objeto ser executado por uma única pessoa jurídica.

**15. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES****15.1. Imposto sobre Operações Financeiras – IOF**

15.1.1. Não incide IOF nas operações contratadas pela União, conforme disposto no artigo 2º, §3º do Decreto número 6.306/2007.

**15.2. Seguros vigentes e número de vidas asseguradas na última fatura**

15.2.1. O seguro de vida vigente e número de vidas é a seguradora é Capemisa Seguradora de Vida E Previdência S/A – 89 (oitenta e nove) vidas.

**15.3. Valores da última fatura do seguro:**

15.3.1. Mensal de R\$ 272,34 (R\$3,06 por vida)

**15.4. Dos segurados:**

15.4.1. Empregados pagam 1% do custo do seguro de vida descontado em folha de pagamento e a empresa paga 99% do custo.

15.4.2. Total de empregados aposentados por tempo de serviço, mas em atividade: 8 (oito)

15.4.3. Total de empregados afastados até 22/11/2022:

15.4.3.1. 01 empregada por auxílio doença-INSS (sem previsão de retorno)

15.4.3.2. 01 empregada por licença maternidade (previsão de retorno 24/01/2023)

15.4.4. Tipo de Vínculo: 88 empregados CLT e 01 RJU

15.4.5. Últimos Sinistros:

Nº	Evento	Data do Sinistro	Cobertura	Valor da Cobertura	Valor Pago
1	Óbito	15/09/2020	Morte por qualquer causa	R\$ 15.000,00	R\$ 15.000,00
2	Óbito	12/07/2021	Morte por qualquer causa	R\$ 15.000,00	R\$ 15.000,00
<b>Total pago</b>					<b>R\$ 30.000,00</b>



15.4.6. A adesão dos empregados ao Seguro é Compulsória.

16. **SETOR/UNIDADE REQUISITANTE**

16.1. Setor Administrativo / Área de Recursos Humanos

17. **NOME E FUNÇÃO DO RESPONSÁVEL PELO TERMO DE REFERÊNCIA**

**NOME:** Luciana Aparecida Lopes

**CARGO/FUNÇÃO:** Assistente de RH



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Aparecida Lopes, Assistente de Recursos Humanos**, em 01/12/2022, às 10:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no §2º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.cfn.org.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.cfn.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0959798** e o código CRC **7563B5C5**.

**Referência:** Processo nº 003315.000216/2022-33

SEI nº 0959798



CONSELHO REGIONAL DE NUTRICIONISTAS 3ª REGIÃO

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1461, 3º andar - Torre Sul - Cond. Mário Garnero - Bairro Jardim Paulistano, São Paulo/SP, CEP 01452-002  
 Telefone: 11-3474-6190 e Fax: @fax\_unidade@ - http://www.crn3.org.br/

## CRN3 - LICITAÇÃO - MINUTA DE CONTRATO

Processo nº 003315.000216/2022-33

**MINUTA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO DE VIDA EM GRUPO, COM COBERTURA BÁSICA E ADICIONAIS PARA EM MÉDIA 89 EMPREGADOS DO CONSELHO REGIONAL DE NUTRICIONISTAS 3ª REGIÃO QUE CELEBRAM ENTRE SI o CONSELHO REGIONAL DE NUTRICIONISTAS 3ª REGIÃO E A [DIGITE AQUI O NOME DA EMPRESA].**

### **MINUTA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO DE VIDA EM GRUPO, COM COBERTURA BÁSICA E ADICIONAIS PARA EM MÉDIA 89 EMPREGADOS DO CONSELHO REGIONAL DE NUTRICIONISTAS 3ª REGIÃO**

Pelo presente contrato de prestação de serviços, o **CONSELHO REGIONAL DE NUTRICIONISTAS 3ª REGIÃO**, Autarquia Federal instituída pela Lei nº 6.583/78 e Decreto nº 84444/80, inscrita no CNPJ nº 44.407.989/0001-28, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1461, 3º andar, Jardim Paulistano, São Paulo/SP, CEP: 01452-002, neste ato representado por sua Presidente **Dra.....**, brasileira, casada, nutricionista, portadora da cédula de identidade RG nº ..... e CPF/MF sob nº ....., e, por sua Tesoureira **Dra.....**, brasileira, casada, nutricionista, portadora da cédula de identidade RG ..... e CPF/MF nº ....., ambas residentes e domiciliadas nesta Capital, doravante designada **CONTRATANTE**, e de outro lado ....., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº ....., com sede na Rua ....., nº ....., neste ato representada por seu sócio o **Sr. ....**, portador da cédula de identidade RG nº ..... e CPF/MF nº ....., residente e domiciliado na cidade de ....., doravante designada **CONTRATADA**, resolvem firmar o presente negócio jurídico, com fundamento na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com alterações posteriores, combinada com as demais normas de direito aplicáveis à espécie, tendo em vista o certame licitatório na modalidade **Pregão Eletrônico**, sob o nº ...../2022, e no que consta do Processo Administrativo SEI nº 003315.000216/2022-33, mediante as condições constantes das seguintes cláusulas, que ambas as partes aceitam, ratificam e outorgam, por si e seus sucessores.

### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

**1.1.** Contratação da prestação de serviços de Seguro de Vida em Grupo, com cobertura básica e adicionais para em média 89 empregados do Conselho Regional de Nutricionistas 3ª Região, conforme especificações contidas no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

## **CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO**

**2.1.** Os pagamentos serão realizados pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, no dia 15 (quinze) do mês subsequente à prestação do serviço, mediante ateste do fiscal do contrato, por meio de pagamento eletrônico via código de barras ou transferência bancária e apresentação de nota fiscal/fatura respectiva.

## **CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E RESCISÃO**

**3.1.** O contrato terá vigência pelo período de 12 meses, contados a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado, com base no artigo 57, §1º, da Lei n. 8.666/93.

## **CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**4.1.** Fornecer a Seguradora todas as informações, esclarecimentos, documentos e condições necessárias a plena cobertura do seguro objeto deste contrato;

**4.2.** Gerir e fiscalizar a fiel execução do contrato, além de comunicar a contratada sobre qualquer alteração ou irregularidade na execução deste, bem como eventuais necessidades relacionadas ao bom desempenho da prestação de serviços;

**4.3.** Supervisionar a execução do contrato e atestar as Notas fiscais correspondentes, por intermédio do Gestor do contrato; e fiscal do contrato;

**4.4.** Rejeitar no todo ou em parte os serviços entregues em desacordo com as obrigações assumidas pela empresa licitante vencedora.

## **CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**5.1.** Responsabilizar-se integralmente pela emissão da Apólice de Seguro, **no prazo de 15(quinze) dias**, contados da publicação do contrato, a qual deverá retratar fielmente todas as condições do Edital e seus anexos;

**5.2.** No ato da assinatura do contrato a seguradora deverá fornecer o Manual do Segurado, por meio físico ou eletrônico, contendo as condições gerais, e as informações importantes, como:

**5.2.1.** glossário contendo as principais definições;

**5.2.2.** procedimentos e orientações a serem adotados em caso de sinistro e para solicitação do pagamento da indenização;

**5.2.3.** relação detalhada dos documentos necessários para cada cobertura;

**5.2.4.** entre outras informações;

**5.3.** No ato da assinatura do contrato a contratada deverá enviar ao Setor Administrativo / Recursos Humanos, a relação detalhada de toda a documentação que deverá ser providenciada pelo beneficiário, para o recebimento da indenização, em caso de sinistro.

**5.4.** No ato da assinatura do contrato a contratada deverá disponibilizar ao Setor Administrativo / Recursos Humanos do CRN-3 todos os formulários necessários de indicação para liquidação de sinistro;

**5.5.** Emitir certificado Individual de Seguro em papel, cartão ou disponibilizar por meio eletrônico empregados do CRN-3, no início do seguro e em cada uma das renovações, contendo as condições contratadas, dados do segurado, cobertura, capital segurado de cada cobertura, indicação do beneficiário em caso de morte, dados da apólice e registro do processo na SUSEP;

- 5.6.** O segurado poderá alterar seus beneficiários a qualquer tempo, mediante solicitação. Neste caso será emitido, sem ônus, uma nova apólice com a nova condição;
- 5.7.** No ato da assinatura do contrato a contratada deverá disponibilizar ao Setor Administrativo / Recursos Humanos do CRN-3 o formulário para indicação dos beneficiários;
- 5.8.** Na ausência de beneficiários designados pelo segurado, será considerado como beneficiários aquele enquadrado como herdeiro legal, conforme previsto no Código Civil Brasileiro em vigor;
- 5.9.** Manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, durante toda a validade do contato e vigência da apólice;
- 5.10.** Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da execução do contrato, como impostos, contribuições previdenciárias, encargos trabalhistas e/ou quaisquer outras que forem devidas, quer em relação à prestação de serviços, quer em relação aos empregados;
- 5.11.** Manter sigilo absoluto sobre quaisquer informações adquirida em virtude da execução do contrato/apólice, não podendo, sob qualquer pretexto, utilizá-la para si, divulgar, revelar, reproduzir ou dela dar conhecimento a terceiros, responsabilizando-se em caso de descumprimento das obrigações assumidas, por eventuais perdas e danos demais consequências legais cabíveis;
- 5.12.** Corrigir, sob suas expensas, no total ou em parte, os serviços nos quais se verificarem vícios, problemas ou incorreções resultantes da prestação da contratada;
- 5.13.** Liquidar os sinistros nos prazos e na forma definida no Termo de Referência;
- 5.14.** A **CONTRATADA** não poderá limitar a idade nem condições de saúde para novas inclusões, uma vez que os empregados do CRN-3 são aprovados em concurso público;
- 5.15.** A contratada deverá ter a Certidão de Regularidade emitida pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, comprovando que está autorizada a operar no mercado de seguros.
- 5.16.** No caso de plataforma ou software disponível pela contratada, deverá ser fornecido login e senha, sem limite de acessos, além de treinamento para utilização da solução.

## **CLÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO**

**6.1.** A **CONTRATANTE** indica o Sr. .... como agente responsável para acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços a ser contratados, a quem competirá as atribuições e responsabilidades do art. 67 da Lei nº. 8.666/93, sem prejuízo das sanções administrativas e penais cabíveis, podendo ser designado outro fiscal, quando conveniente, sendo formalizado nos autos e comunicado à **CONTRATADA**, sem necessidade de elaboração de termo aditivo.

## **CLÁUSULA SÉTIMA - DAS SANÇÕES**

**7.1.** Em caso de inexecução do Contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual, ou inverossímil das informações prestadas, sem prejuízo da propositura da competente ação de perdas e danos, a **CONTRATADA** estará sujeita às seguintes sanções:

I - Advertência;

II - Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 2 (dois) anos;

III - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto persistirem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que tiver aplicado a penalidade;

IV – Multas:

a) De 5% (cinco por cento) sobre o valor total do Contrato por infração a qualquer cláusula ou condição, aplicada em dobro na sua reincidência;

b) De 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato no caso de sua rescisão por ato unilateral da administração, motivado por culpa da **CONTRATADA**, garantida defesa prévia, independentemente das demais sanções cabíveis;

**7.2.** As multas estabelecidas no presente Instrumento serão recolhidas na conta corrente a ser indicada pela **CONTRATANTE** no prazo de 05 (cinco) dias, contados da data da intimação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a **CONTRATADA** fizer jus e, em caso de inexistência ou insuficiência de crédito desse, o valor devido será cobrado administrativa e/ou judicialmente.

**7.3.** A aplicação da penalidade indicada no inciso IV (multa) do subitem 7.1, não exclui a aplicação das demais penalidades apontadas nos incisos I, II e III do mesmo subitem.

**7.4.** No processo de aplicação de sanções é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, facultada defesa prévia do interessado no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

## CLÁUSULA OITAVA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

**8.1.** As Leis Federais nº 8.666/93 e nº 10.520/02, bem como os Decretos Federais nº 3.555/00 e nº 5.450/05, Código Civil e Código de Processo Civil, com suas respectivas alterações posteriores, regerão as hipóteses não previstas neste Contrato.

**8.2.** No caso de surgirem dúvidas sobre a inteligência das cláusulas do presente Contrato, tais dúvidas serão resolvidas com o auxílio dos postulados que norteiam o Direito Administrativo e as suas leis de regência, assim como da Legislação Civil, no que couber.

## CLÁUSULA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**9.1.** Os recursos para custeio das despesas decorrentes deste contrato correrão à conta das dotações orçamentárias da **CONTRATANTE** para o exercício de 2022/2023.

## CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

**10.1.** As partes elegem de comum acordo, o foro da Seção Judiciária de São Paulo para a solução dos conflitos eventualmente decorrente da presente relação contratual.

E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor.



Documento assinado eletronicamente por **Celia Aparecida Lucchese, Assessor Jurídico**, em 30/11/2022, às 14:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no §2º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.cfn.org.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.cfn.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0957925** e o código CRC **FC3CB750**.



## Conselho Regional de Nutricionistas - 3ª Região (SP - MS)

### ANEXO III MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS

**Objeto:** Contratação da prestação de serviços de Seguro de Vida em Grupo, com cobertura básica e adicionais para em média 89 empregados do Conselho Regional de Nutricionistas 3ª Região, conforme especificações contidas no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

Pregão Eletrônico nº 020/2022 – Processo SEI nº 003315.000216/2022-33

#### DADOS DA EMPRESA:

EMPRESA:  
ENDEREÇO:  
NOME PARA CONTATO:  
TELEFONE:  
E-MAIL:  
INSCRIÇÃO ESTADUAL:  
C.N.P.J.:

#### DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA PARA ASSINATURA DO CONTRATO:

NOME:  
CARGO/FUNÇÃO:  
E-MAIL:  
TELEFONE:

Serviço	Valor Por vida (R\$)	Valor Mensal (R\$)	Valor Anual (R\$)
Contratação da prestação de serviços de Seguro de Vida em Grupo, com cobertura básica e adicionais para em média 89 empregados do Conselho Regional de Nutricionistas 3ª Região, conforme especificações contidas no Termo de Referência, Anexo I do Edital.			

**VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL: 60 (SESSENTA) DIAS**

Cidade, data

Assinatura  
Nome, cargo, CPF

**TERMO DE DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA E VERACIDADE**  
**Cadastro de Usuários Externos no SEI do Sistema CFN/CRN**

Nome Completo do Usuário:			
Documento de Identidade:		CPF:	
E-mail:		Telefone:	
Endereço de Domicílio:			Bairro:
Estado (UF):		Cidade:	CEP:

A realização do cadastro como Usuário Externo no SEI do Sistema CFN/CRN e a entrega deste documento importará na aceitação de todos os termos e condições que regem o processo eletrônico, conforme Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015, e demais normas aplicáveis, admitindo como válida a assinatura eletrônica na modalidade cadastrada (login/senha), tendo como consequência a responsabilidade pelo uso indevido das ações efetuadas, as quais serão passíveis de apuração civil, penal e administrativa. Ainda, declaro que o endereço informado referente ao meu domicílio é verdadeiro e que são de minha exclusiva responsabilidade:

1. o sigilo da senha de acesso, não sendo oponente, em qualquer hipótese, alegação de uso indevido;
2. a conformidade entre os dados informados no formulário eletrônico de peticionamento e os constantes do documento protocolizado, incluindo o preenchimento dos campos obrigatórios e anexação dos documentos essenciais e complementares;
3. a confecção da petição e dos documentos digitais em conformidade com os requisitos estabelecidos pelo sistema, no que se refere ao formato e ao tamanho dos arquivos transmitidos eletronicamente;
4. a conservação dos originais em papel de documentos digitalizados enviados por meio de peticionamento eletrônico até que decaia o direito da Administração de rever os atos praticados no processo, para que, caso solicitado, sejam apresentados ao CFN para qualquer tipo de conferência;
5. a verificação, por meio do recibo eletrônico de protocolo, do recebimento das petições e dos documentos transmitidos eletronicamente;
6. a realização por meio eletrônico de todos os atos e comunicações processuais entre o ministério, o usuário ou a entidade porventura representada, não sendo admitidas intimação ou protocolização por meio diverso, exceto nas situações em que for tecnicamente inviável ou em caso de indisponibilidade do meio eletrônico cujo prolongamento cause dano relevante à celeridade do processo ou outra exceção prevista em instrumento normativo próprio;
7. a observância de que os atos processuais em meio eletrônico se consideram realizados no dia e na hora do recebimento pelo SEI, considerando-se tempestivos os atos praticados até as 23 horas e 59 minutos e 59 segundos do último dia do prazo, considerado sempre o horário oficial de Brasília, independente do fuso horário em que se encontre o usuário externo;
8. a consulta periódica ao SEI ou ao sistema por meio do qual efetivou o peticionamento eletrônico, a fim de verificar o recebimento de intimações, considerando-se realizadas na data em que efetuar sua consulta no sistema ou, não efetuada a consulta, quinze dias após a data de sua expedição;
9. as condições de sua rede de comunicação, o acesso a seu provedor de internet e a configuração do computador utilizado nas transmissões eletrônicas;
10. a observância dos períodos de manutenção programada, que serão realizadas, preferencialmente, no período da 0 hora dos sábados às 22 horas dos domingos ou da 0 hora às 6 horas dos demais dias da semana, ou qualquer outro tipo de indisponibilidade do sistema.

Para que o seu acesso seja liberado e o cadastro aprovado o usuário deve:

**Opção 1: Apresentar pessoalmente** à Gerência Administrativa do CRN/3 o original do presente Termo assinado; Cópias: Comprovante de Residência, RG e CPF ou de outro documento de identificação no qual conste o número do CPF, juntamente com os originais para fins de autenticação administrativa; ou

**Opção 2: Enviar pelos Correios ou por meio do endereço eletrônico:** [crn3@crn3.org.br](mailto:crn3@crn3.org.br), as cópias dos documentos acima indicados, incluindo o presente Termo assinado. No caso de envio pelos Correios, para o endereço: Av. Brigadeiro Faria Lima, 1461 - 3º andar - Torre Sul - Condomínio Mario Garnero - Jd. Paulistano - São Paulo/SP - CEP: 01452-002.

Cidade/UF \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Usuário Externo